



CÂMARA MUNICIPAL

PLANO DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2017



Paços do Concelho do Maio, aos 8 de Dezembro de 2016



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. PLANO DE ATIVIDADES	4
2.1. OBRAS MUNICIPAIS	4
2.2. URBANISMO	5
2.3. HABITAÇÃO SOCIAL.....	6
2.4. CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO	7
2.4.1. Cultura	7
2.4.2. Juventude e Desporto	11
2.5. ECONOMIA.....	14
2.5.1. Setor Primário	15
2.5.2. Comércio	16
2.6. PROMOÇÃO SOCIAL E SAÚDE	17
2.6.1. Promoção Social	17
2.6.2. Saúde	19
2.7. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	20
2.7.1. Educação	20
2.7.2. Formação Profissional	22
2.8. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	23
2.9. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	24
2.10. RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO	25
2.11. EMIGRAÇÃO	26
2.12. ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO, AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES	28
2.12.1. Abastecimento de Água	28
2.12.2. Saneamento	29
2.12.3. Ambiente	30
2.12.4. Espaços Verdes	31
2.13. TRANSPORTES	32
2.14. PROTEÇÃO CIVIL.....	34
2.15. TURISMO	35



1. INTRODUÇÃO

Este é o nosso momento! É neste pressuposto que se funde todo o projeto autárquico sufragado nas urnas nas últimas eleições.

A ideia subjacente a essa máxima prende-se com o facto de a ilha possuir enorme potencial que se for bem explorado na atual conjuntura sociopolítica que se apresenta favorável (poder central e local com forte tendência para trabalhar em parceria e sintonia) poderá conduzir ao seu tão almejado nível de desenvolvimento.

Outrossim, a nova equipa recém-eleita, além de multidisciplinar e jovem, apresenta-se qualificada e altamente motivada para abraçar e levar a bom porto o projeto autárquico arquitetado para o atual mandato.

É neste cenário que elaboramos o primeiro Plano de Atividades para o mandato que se iniciou há três meses.

Um Plano que, apesar de levar em linha de conta os naturais constrangimentos do momento, impostos pela crise económico-financeira com reflexos à escala global, é ambicioso e marca um ponto de viragem para uma nova era do processo de desenvolvimento da ilha, assente em fundamentos ou pilares básicos como a qualificação territorial, a eficiência económica, a justiça social e a prudência ecológica.

Nesta perspetiva, a infraestruturização da ilha, nos diversos setores, a requalificação urbana e a modernização administrativa são áreas nas quais desprenderemos toda a nossa energia.



Cientes de que juntos somos mais fortes, faremos de tudo para engajarmos todos os nossos funcionários. Além disso procuraremos uma articulação contínua com os nossos parceiros nessa caminhada árdua, mas gratificante, designadamente os municípios, instituições públicas e privadas locais, nacionais e internacionais, enfim, todos os que de uma forma ou outra têm ou terão ligação com a ilha do Maio, promovendo o trabalho em rede e o aproveitamento das inúmeras e enormes potencialidades existentes para acelerar o processo de desenvolvimento local, que tem como fim último o bem-estar económico e social da nossa população.

Paços do Concelho do Maio, aos 8 de Dezembro de 2016

O Presidente da Câmara

/Dr. Miguel Silva Rosa/

MUNICIPIO DO MAIO

2. PLANO DE ATIVIDADES

2.1. OBRAS MUNICIPAIS

A requalificação urbana da Cidade e diferentes povoados será a grande aposta da autarquia em 2017, no concernente às obras municipais.

Trata-se de uma escolha estratégica, pois a requalificação, no seu aspeto mais amplo (englobando a construção de parques infantis, praças, entre outros) possui enormes valências, designadamente a promoção do emprego público, a drenagem das águas pluviais, o embelezamento dos diferentes sítios, além de contribuir para que tenhamos mais espaço de lazer e de prática desportiva. Por outro lado, sendo uma ilha com forte vocação turística, a requalificação urbana aumenta a atratividade da nossa Cidade e demais povoados, o que pode vir a repercutir no incremento de maior atividade do setor turístico.

Outra grande aposta tem a ver com a dinamização e requalificação turística da Ilha do Maio, um projeto já em curso, ambicioso e multifacetado, que terá enorme impacto na melhoria da vida da população local, sobretudo da Cidade, aumentando a sua atratividade turística.

Entretanto, além da requalificação urbana, é para nós prioritário a construção da segunda fase do Estádio Municipal, para aumentar a autoestima dos maienses e conferir maior dignidade à prática desportiva.



Seguem-se em baixo as obras municipais a executar em 2017:

- Dinamização e requalificação turística da Ilha do Maio;
- Construção do Centro Juvenil de Morrinho;
- Conclusão da reabilitação da Unidade Sanitária de Base e Centro Multiusos de Pilão Cão;
- Conclusão da requalificação urbana e ambiental da zona histórica da Cidade do Porto Inglês, em parceria com a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM);
- Requalificação urbana e ambiental da zona de Montinho de Lume/Avenida da mesma Cidade;
- Construção da segunda fase do Estádio Municipal;
- Conclusão da Passagem Hidráulica (PH) da via de ligação entre Calhetinha e Ponta Preta (Cidade do Porto Inglês), em parceria com a SDTIBM;
- Conclusão do arruamento no Barreiro e no Morro;
- Construção de parques infantis na Cidade do Porto Inglês e na Figueira;
- Requalificação urbana e ambiental das localidades da Figueira, Morrinho, Cascabulho, Pedro Vaz, Alcatraz, Pilão Cão e Ribeira Dom João;
- Colocação dos sinais rodoviários e turísticos, em parceria com a SDTIBM.

2.2. URBANISMO

Com a elaboração dos planos de gestão urbanística, o desafio que se nos coloca situa-se ao nível da eficiência e eficácia dos serviços municipais na resposta às demandas dos munícipes, em particular, e utentes, no geral.

Por outro lado, a implementação do Cadastro Predial na ilha abre espaço para uma gestão racional e equilibrada do território que produzirá efeitos benéficos para a autarquia e para todas as pessoas, tanto ao nível da utilidade económica como da sua própria ocupação para fins diversos.

Nesta perspetiva, em 2017, teremos as seguintes atividades:

- Conclusão da elaboração do Plano Detalhado (PD) da Reabilitação Urbana da localidade de R. D. João, em parceria com a SDTIBM;
- Continuação da implementação do Plano Diretor Municipal (PDM);
- Implementação do Plano Desenvolvimento Urbanístico (PDU) do Morro;
- Conclusão e implementação do Cadastro Predial;
- Elaboração de Planos Detalhados (PD's) de alguns povoados da ilha.

2.3. HABITAÇÃO SOCIAL

O problema habitacional tem sido discutido a nível internacional, mesmo nos países mais desenvolvidos. A ideia de habitação como um direito fundamental deve ser entendida como base de uma sociedade harmoniosa, bem como meio a partir do qual os indivíduos consigam aceder a outros meios, nomeadamente, à saúde, à educação, entre outros. Portanto, a habitação deve ser entendida como um espaço seguro para se estar, onde as famílias se sintam seguras e consigam criar uma base e uma identidade próprias,

umentando a sua autoestima e a dignidade dos seus membros, enquanto pessoas humanas.

É nesses fundamentos que centramos a nossa aposta na Habitação, no ano de 2017, através das seguintes ações:

- ❖ Apoio na recuperação e reabilitação de casas degradadas no concelho;
- ❖ Incentivo na construção de habitação própria.

2.4. CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

2.4.1. Cultura

A Cultura é a mais preciosa herança civilizacional, o traço mais marcante da humanidade, a mais esplendorosa exibição de riqueza pela diversidade, o que melhor nos define nas várias dimensões integrantes da nossa condição humana. Somos iguais no essencial da nossa existência e incomensuravelmente ricos por tudo o que nos diferencia.

Defender a Cultura é defender o nosso legado maior, a nossa maior riqueza, é defender o colorido cultural num mundo global de tendência uniformizadora. A política cultural da autarquia deve assumir este desígnio – promover o que é nosso e peculiarmente maiense –, atribuir-lhe o devido protagonismo na



caraterização cultural do país, na valorização e promoção da cultura cabo-verdiana, no mosaico cultural das nações.

A política cultural está definida em estreita articulação com os demais pelouros, designadamente com a Educação, Desporto, Turismo, Atividades Económicas, Planeamento, Habitação, Requalificação Urbana e Ordenamento do Território. Só assim, os valores e traços culturais que devemos promover serão parte integrante da nossa vivência local.

A nossa política para a cultura consubstanciar-se-á nas seguintes atividades:

- Apresentação do projeto de recuperação do falucho *Belmira* ou construção de uma réplica para colocação numa localização simbólica da ilha;
- Apresentação e implementação do Programa *Combersa na Boca Tarde*, com sessões e protagonistas descentralizados, com o objetivo de recuperar as tradições orais de cada localidade;
- Instituição de um fundo para subsidiar a pesquisa, recolha e resgate de tradições orais e investigação sobre a história local, através da atribuição de bolsas de investigação;
- Elaboração do estudo sobre o Cemitério Judeu de Montinho de Lume e apresentação de um projeto de recuperação do mesmo;
- Realização da *Feira de Cinzas*;



PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017

- Apresentação do programa comemorativo *março- Mês da Árvore, da Mulher, do Pai, do Teatro e da Poesia*;
- Instituição do *Prémio Djarmai Villa-Bella*, para premiar o esforço das comunidades no embelezamento e promoção turística das suas localidades;
- Ampliação de conteúdos da Biblioteca Municipal:
 - ✓ Aumento do número de exemplares, obedecendo a critérios de diversificação temática;
 - ✓ Elaboração de um projeto para criação da secção da Mediateca Municipal;
- Promoção das festas populares:
 - ✓ Incentivo à celebração do carnaval, como atrativo turístico;
 - ✓ Apoio institucional aos juízes das festas e às associações comunitárias envolvidas nas festividades;
 - ✓ Promoção de eventos, sempre que se considerar pertinente, a incluir na programação das festividades, em concertação com as associações comunitárias;
 - ✓ Promoção institucional prévia das festas populares, acompanhado do respetivo enquadramento histórico, e posterior recolha, durante as festividades de elementos de caracterização, visando a edição de obras sobre tradições locais.



PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017

- Criação de condições de base para a formação da Banda Municipal (investimentos em instrumentos musicais de base e angariação de parceiros na estruturação do projeto);
- Apoio ao artesanato local;
 - ✓ Apoio na criação de condições para produção local;
 - ✓ Aquisição de *stands* expositores para feiras de artesanato e promoção de exposições por ocasião das festas populares;
 - ✓ Apoio na gestão e aperfeiçoamento técnico do Centro de Artesanato da Calheta e Cerâmica do Morro;
- Apoio às iniciativas de índole cultural;
- Promoção do ensino da música;
- Criação de eventos comemorativos das efemérides nacionais e internacionais;
- Elaboração e execução de uma programação para comemoração das festas de Santa Cruz;
- Realização de atividades recreativas e culturais descentralizadas, no âmbito do *Programa Verão 2017*;
- Promoção de uma agenda de atividades culturais para as festas do município:
 - ✓ Feira Cultural;



- ✓ Concurso de vozes;
- ✓ Concurso de Beleza;
- ✓ *Badje-Conjunte*;
- ✓ *Festival Beach-Rotcha*.
- Realização da XXV edição do Festival Sete Sóis Sete Luas – Porto Inglês 2017;
- Dinamização do *Centrum Sete Sóis Sete Luas*, em parceria com a Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas:
 - ✓ Sessões de música ao vivo;
 - ✓ Sessões de teatro e poesia;
 - ✓ Promoção da gastronomia local;
 - ✓ Exposições regulares.
- Embelezamento das principais ruas e centros da Cidade do Porto Inglês, e das povoações com iluminação de Natal;
- Instalação de um expositor dinâmico da agenda cultural/social da ilha.
- Elaboração e divulgação da Agenda Cultural da ilha para 2017.

2.4.2. Juventude e Desporto



A política para a juventude visa proporcionar a essa camada alternativas quer do ponto de vista da ocupação, pela via de educação/formação, emprego e lazer, quer do ponto de vista da transmissão de valores morais, por forma a assegurar o seu íntegro e saudável crescimento, indispensável na formação de carácter e aquisição de experiência e conhecimento que serão úteis para o futuro da própria sociedade.

A formação integral dos indivíduos, fomentada desde a sua tenra idade, é fundamental para este desígnio maior que é a formação de um ser humano. A importância deste extrato da sociedade é singular, pelo seu definidor e estruturante papel social, razão pela qual será dada especial atenção à política para a juventude, a efeito, com as seguintes propostas:

- Elaboração e implementação do plano para a juventude;
- Dotação da Casa da Juventude e Centros Juvenis dos meios necessários para funcionarem como verdadeiros polos de atração dos jovens, dando resposta às suas necessidades de lazer, apoio na formação, acesso à informação e aprofundamento de conhecimentos, estímulo para desenvolvimento artístico e exploração de talentos natos, nas mais diversas áreas, etc.
- Estimulação de iniciativas, quer individuais, quer coletivas, de forma a ajudar na criação do autoemprego e, em parceria com o Centro de Formação Profissional local, os centros de emprego e o IIEFP, na criação de oficinas de capacitação;
- Alargamento das atividades recreativas às zonas rurais, no sentido de reforçar a autoestima e partilhar o senso de igualdade de oportunidades;



- Apoio na elaboração e aplicação de projetos virados para o meio ambiente, tendo em conta as insuficiências existentes ao nível da educação ambiental;
- Organização, em parceria com associações locais e Casa da Juventude, de sessões e campanhas de sensibilização, de forma a precaver problemas de instabilidade social;
- Criação, em parceria com as associações locais, de um Gabinete Consultivo, de forma a auscultar os anseios da juventude e delinear estratégias de combate à exclusão social;
- Promoção de programas de sensibilização contra o consumo de drogas legais e ilegais em idade juvenil e fomento de hábitos saudáveis;
- Aquisição de unidades bibliográficas e sistema de projeção audiovisual para a Biblioteca Municipal e Centros Juvenis.

No âmbito do desígnio maior, referido acima, o desporto revela-se como instrumento de eleição na transmissão de valores estruturantes da sociedade, uma poderosa ferramenta de educação e formação. Os benefícios da prática do desporto ultrapassam a dimensão física, constituindo um dos pressupostos para o equilíbrio integral dos indivíduos, fundamental para que a sociedade cultive hábitos saudáveis e promova harmonia entre os cidadãos. Neste prisma, a política para a juventude instrumentaliza a política para o desporto, por este último determinar sobremaneira o estilo de vida dos jovens.

É com este objetivo que realizaremos:

- Requalificação dos recintos desportivos;



- Conclusão da segunda fase de construção do Estádio Municipal;
- Incentivo à criação de associações desportivas regionais, como sejam dos desportos náuticos e do atletismo;
- Promoção, junto das associações locais, de ações de formação em gestão e manutenção das infraestruturas desportivas;
- Incentivo à massificação da prática das diversas modalidades, através do apoio à formação de agentes desportivos e disponibilização de materiais;
- Incentivo à organização de competições desportivas, enquadradas nas festas populares;
- Apoio às escolas de iniciação desportiva;
- Apresentação, por ocasião das festas do município e programação desportiva de Verão, de programa de competições com diversificação de modalidades, descentralizado e com especial destaque às modalidades de praia, numa das quais será promovida uma competição nacional.
- Elaboração e implementação do Plano Desportivo Local;
- Elaboração de uma Carta Desportiva Municipal.

2.5. ECONOMIA

Presentemente, pelo pronunciamento público dos nossos governantes e pela apreciação das entidades representativas da classe empresarial, numa sintonia entre o poder político e o económico (determinantes para a transformação

das economias onde atuam), vivenciamos o que poderá vir a revelar-se como o período de transição económica do nosso município.

Perante a iminente concretização daquilo que parece evidente, em termos de potencial de dinamização da economia local, assente no turismo, através da atração de investimentos no setor para a ilha, resolvendo os nossos problemas infraestruturais e de acessibilidade externa, o desafio coloca-se ao nível do posicionamento dos nossos atores económicos, relativamente às oportunidades de negócio do pós-transição.

Afigura-se fundamental uma reformulação do pensamento empresarial local, em todos os setores, uma reestruturação e redimensionamento das nossas empresas, para dar resposta a um mercado de maior e mais exigente procura, potenciando não só a economia local, mas, também, os operadores locais dos setores como pesca, agricultura, pecuária, silvicultura, comércio e indústria. Para efeito, teremos as seguintes realizações para estes setores:

2.5.1. Setor Primário

- Diagnóstico profundo sobre o setor e avaliação do seu potencial de contribuição para o crescimento do produto local e geração de emprego;
- Promoção de fóruns de reflexão e debate sobre o setor primário;
- Elaboração de um plano estratégico para o setor, em concertação com o Ministério da Agricultura e Ambiente;

- Apoio na elaboração de projetos e obtenção de financiamentos, junto das instituições de microcrédito;
- + Formação e capacitação para atuação no mercado de procura turística e sensibilização para a qualidade e questões ambientais;
- + Sensibilização para a certificação da qualidade;
- + Adoção de modelo de gestão das unidades de produção de gelo mais eficiente e adaptado às novas exigências da atividade piscatória;
- + Formação para capacitação na introdução de técnicas de produção modernas e eficiência energética na atividade da agropecuária;
- + Apresentação do projeto de implementação de uma estrutura de apoio à gestão das microempresas do setor, conferindo aos pequenos operadores capacidade empresarial para competir à escala nacional.

2.5.2. Comércio

A disciplina do setor das atividades económicas, por forma a promover a concorrência leal e o respeito pela legislação referente ao regime jurídico do exercício da atividade comercial e pelas normas que constam no Código de Posturas Municipal, é encarada com muita determinação no mandato que ora se inicia. Pretende-se reestruturar o setor, pautando-se pelo rigor legal e pela elevação de exigência na qualidade do serviço prestado, em defesa dos

consumidores e, conseqüentemente, com benefícios para o próprio setor e, naturalmente, para o município como um todo.

Implementaremos:

- Caracterização minuciosa da atividade comercial no município;
- Reforço da fiscalização e incremento da sua eficácia;
- Fomento de políticas de promoção de concorrência leal, através da definição e aplicação de regras que promovam a transparência no processo de licenciamento comercial;
- Legalização de todos os operadores comerciais sem licenciamento;
- Eliminação da fixação para venda fora das áreas definidas para o efeito;
- Agilização do processo de licenciamento e disponibilização de toda a informação para o cumprimento da legalidade;
- Definição de políticas para o fomento da atividade comercial;
- Lançamento do concurso para concessão e exploração de quiosques na Avenida Amílcar Cabral e Praça Central;
- Construção de estruturas para feiras de produtos diversos;

2.6. PROMOÇÃO SOCIAL E SAÚDE

2.6.1. Promoção Social



PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017

Tendo como propósito, planificar, organizar e implementar a política municipal no que tange à promoção social incluindo ações, atividades e projetos para fazer face a pobreza, atenção às famílias vulneráveis e em situação de risco, aos grupos específicos (mulheres, idosos, portadores de deficiências e doentes crônicos), a Câmara Municipal quer para o ano económico de 2017 desencadear uma forte articulação com o governo central, nomeadamente o Ministério da Família e Inclusão Social (MFIS), assim como vários outros parceiros.

O combate contra as desigualdades sociais, a definição de critérios de acesso aos cuidados de saúde, educação e reabilitação habitacional serão as nossas prioridades.

Os procedimentos para criação do cadastro social único, em parceria com o MFIS merecerá todo o nosso engajamento.

Eis as ações elencadas:

- ❖ Intervenções de emergência, ao nível de habitação, em parceria com o MFIS;
- ❖ Subsídio das famílias menos favorecidas;
- ❖ Apoio aos idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, promovendo a sua integração social;
- ❖ Assistência social a pessoas portadoras de doenças crônicas;
- ❖ Elaboração e socialização do regulamento de apoios e de acesso à pensão social, em parceria com o MFIS;



- ❖ Elaboração de um regulamento de apoio às crianças carenciadas, facilitando o seu acesso ao pré-escolar;
- ❖ Realização de atividades com os idosos;
- ❖ Apoio a iniciativas de realização do Natal solidário.
- ❖ Criação e implementação do Cadastro Social Único da ilha do Maio.

2.6.2. Saúde

O contributo da autarquia na implementação da política da saúde ao nível do concelho será de forma incondicional, em parceria com a delegacia de saúde local e com o governo central.

A reabilitação das unidades sanitárias de base para proporcionar melhor serviço nas consultas nas localidades, constitui uma prioridade para autarquia neste setor.

Estaremos firmes nas medidas que se impõem, no que concerne às questões de salubridade e do cumprimento público, face às vistorias de espaços públicos e estabelecimentos privados. A nossa contribuição no combate aos mosquitos vetores de doenças, em parceria com outros serviços de saúde local será de forma determinante.

Assim, as ações a implementar são:

- Continuação dos trabalhos da Unidade Sanitária de Base de Pilão Cão;



- Realização de atividades para melhoria de saúde dos idosos, em parceria com a Delegacia de saúde local;
- Manutenção da Unidade Sanitária de Base de Morrinho;
 - Vistorias em estabelecimentos comerciais, talhos e matadouros;
 - Apoio em medicamentos, consultas de especialidade e exames complementares, a pessoas economicamente desfavorecidas;
 - Contribuição no combate aos mosquitos;
 - Ação de sensibilização à população, no que tange à saúde pública;
 - Colaboração com os Serviços Autónomos de Água e Saneamento (SAAS), no controlo da qualidade de água de consumo no concelho;
 - Colaboração na realização de Feiras de Saúde em todos os povoados do Concelho.

2.7. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.7.1. Educação

A educação é um agente poderoso de transformação social e constitui um dos canais mais importantes de mobilidade social ascendente intergeracional de indivíduos. Por conseguinte, a aposta neste setor deve ser vista, incontestavelmente, como algo de carácter transversal, requerendo particular atenção dos decisores políticos, quer a nível central, quer a nível local. Na ilha do Maio, ao longo dos anos, o poder local tem promovido o acesso à educação, independentemente da condição social dos alunos, através de



criação de uma rede de transportes escolares, e de uma política de subsídio e pagamento de selos àqueles oriundos de famílias mais pobres.

No entanto, é preciso reforçar e melhorar as políticas de intervenção neste setor.

Partindo destes pressupostos, a aposta neste setor será sempre crucial para esta edilidade.

O melhoramento gradual do serviço dos transportes escolares tanto para o ensino secundário, como para o ensino básico, continuará a merecer a nossa atenção especial. Igualmente o outro subsistema, o ensino pré-primário, será também prioridade, sobretudo na vertente reabilitação dos espaços, assim como na luta para a integração dos mais vulneráveis, permitindo uma maior inclusão e uma educação de qualidade para todos.

Assim, as ações no setor da educação vão abranger:

- Aquisição de autocarros para transporte escolar;
- Reabilitação de jardins infantis;
- Atribuição de subsídios a alunos carenciados para aquisição de passes escolares;
- Reparação de escolas degradadas no concelho, em parceria com o Ministério da Educação;
- Apoio, com transporte, às atividades de caráter educativo no concelho;
- Pagamento parcelar das dívidas para com as Universidades;

- Atribuição de kits escolares às crianças carenciadas no concelho;
- Assinaturas de novos protocolos com as universidades nacionais e estrangeiras;

2.7.2. Formação Profissional

A formação profissional ganha cada vez mais importância em Cabo Verde, não como alternativa à via geral, mas como opção igualmente válida e necessária, tendo em conta o seu carácter prático e profissionalizante e por constituir um mecanismo de resposta personalizada às exigências imediatas do mercado laboral. É o saber estar e o saber fazer exigido num mundo moderno cada vez mais competitivo.

Nós preconizamos um modelo de formação profissional virado para o emprego e autoemprego, e que tenha em consideração setores de extrema importância para a economia local, como sejam o turismo, a agricultura, a pecuária, a pesca e o artesanato. Portanto, urge em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a SDTIBM, os operadores económicos, as ONGs e as associações que intervêm nesta área, definirmos as prioridades formativas para o nosso concelho.

Nesta perspetiva, no domínio da Formação Profissional, preconizamos:

- Reabilitação do Centro de Formação Profissional;
- Renovação do alvará de acreditação do Centro, procurando incluir formações de níveis IV e V;



- Aposta forte em formações de curta duração, nomeadamente cursos de línguas, técnicas de refrigeração, criação e manutenção de espaços verdes, higiene e segurança alimentar, transformação e conservação de produtos alimentares, guias de turismo, etc. A par dessas formações, dar continuidade a formações, há muito ministradas, como são os casos de contabilidade e gestão, secretariado, atendimento, receção, hotelaria, etc;
- Criação de programas de incentivos ao autoemprego, após formações.

2.8. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O atual executivo camarário definiu a gestão dos recursos humanos como uma importante área da sua atuação. Com a institucionalização desse Pelouro, almejamos promover a eficiência e a eficácia dos nossos funcionários, no atendimento e resposta às solicitações dos munícipes e não só. Para tal, vamos reforçar o quadro de pessoal com a contratação de novos funcionários e a capacitação/motivação dos atuais.

A ideia é imprimir uma nova dinâmica nos técnicos municipais para que possam melhor servir os utentes e acelerar o próprio processo de desenvolvimento local.

Para tal, propomos:

- Instalação do Gabinete dos Recursos Humanos e contratação de um técnico de nível I;
- Capacitação dos funcionários com formações contínuas;
- Aquisição e instalação do programa de gestão dos Recursos Humanos PRIMAVERA, que permite uma gestão com eficiência e eficácia dos RH, nomeadamente com informações contratuais anuais; atualização permanente de toda a informação sobre o pessoal; registo de férias, faltas, licenças e de horas extras, etc;
- Aquisição e implementação do dispositivo biométrico de controlo de assiduidade e pontualidade.

2.9. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Com a nova dinâmica que se pretende imprimir ao processo de desenvolvimento da ilha, uma das ferramentas importantes é a divulgação das atividades, eventos e iniciativas da autarquia, tanto na esfera local como nas esferas nacional e internacional.

Por outro lado, a autarquia desempenha um papel crucial na divulgação intensiva da ilha como local com enorme potencial para se transformar num destino turístico de eleição e com isso atrair mais investimentos que, por sua vez, geram postos de trabalho e rendimento para as famílias.

É neste contexto que a autarquia vai promover melhorias significativas no processo de comunicação externa com os seus diferentes públicos-alvo.

Deste modo, para as áreas de informação e comunicação, pretendemos, levar a cabo ações como:

- Continuação da divulgação das atividades, ações e iniciativas da autarquia, quer internamente e nas comunidades, imprensa escrita e audiovisual;
- Gestão do *site* e das redes sociais da Câmara Municipal;
- Promoção de uma melhoria contínua da comunicação interna;
- Apoio à rádio comunitária local;
- Aperfeiçoamento da interação com o público-alvo externo;
- Promoção da ilha, através do uso de meios audiovisuais.

2.10. RELAÇÕES EXTERIORES E COOPERAÇÃO

Nas relações exteriores e cooperação queremos abrir-nos ao mundo, construindo uma ligação sólida com os parceiros existentes e a identificar, com o intuito de levar avante os projetos que temos nas mais diversas áreas de atividade.

Contudo, dedicaremos grande atenção aos nossos atuais e potenciais parceiros a nível interno. Desde logo o Governo Central, com o qual pretendemos desenvolver uma forte parceria. Da mesma forma, queremos identificar e cooperar com alguns Municípios do país, tendo sempre por base a defesa intransigente dos superiores interesses da ilha.

Seguem-se as ações propostas para o ano vindouro:

- + Celebração de protocolos de amizade e de cooperação com outros Municípios de Cabo Verde;
- + Estreitamento de relações de parceria com as Câmaras geminadas no estrangeiro;
- + Identificação e criação de novas parcerias no panorama internacional;

2.11. EMIGRAÇÃO

No setor de emigração, e com o já criado balcão de atendimento ao emigrante, pretendemos prestar um serviço de qualidade baseado em critérios de excelência, rapidez, eficácia e compromisso. Por outro lado, é nosso objetivo aproximar os emigrantes à terra mãe, integrando-os no processo de desenvolvimento local.

As ações a realizar no setor da emigração em 2017 são:

- ✚ Promoção de tratamento privilegiado e apoio aos emigrantes no encaminhamento de processos junto à CMM;
- ✚ Cooperação, através de fornecimento de informações úteis, na preparação de saída para o estrangeiro;
- ✚ Mobilização de apoios junto das Câmaras municipais geminadas, ao nível da assistência técnica multissetorial;
- ✚ Apoio na (re) inserção do emigrante retornado, temporária ou definitivamente;
- ✚ Promoção de um espaço de diálogo entre os emigrantes com os poderes públicos acerca dos problemas que os afligem;
- ✚ Promoção das oportunidades de investimentos no município, junto da comunidade radicada na diáspora;
- ✚ Procura de novos horizontes, sobretudo fazer com que cada vez mais os emigrantes possam participar no processo de cooperação entre o nosso município e os municípios estrangeiros, bem como as associações estrangeiras e que possam cada vez mais mobilizar recursos lá fora. Ou seja, procurar que cada emigrante seja um “embaixador” da ilha do Maio lá onde vivem.
- ✚ Homenagem aos Emigrantes, através de descerramento de Placa Evocativa de alguma rua, algum edifício, alguma sala;
- ✚ Visita às comunidades maienses na diáspora;
- ✚ Institucionalização do Dia Municipal do Emigrante.

2.12. ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO, AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES

2.12.1. Abastecimento de Água

Sendo um setor essencial no processo de desenvolvimento da ilha, na medida em que se trata de um bem precioso e de grande utilidade e consumo interno, a autarquia maiense tem enfatizado a água nas suas maiores intervenções. É nesse prisma que se enveredou pelo caminho da criação da empresa municipal que está em fase da operacionalização.

A aposta na melhoria e interligação dos três subsistemas de adução e distribuição de água dessalinizada (Ponta Preta, Pedro Vaz e R.D.João), como intervenções do projeto financiado pelo *Millennium Challenge Corporation*, no âmbito do II compacto do *Millennium Challenge Account* Cabo Verde, constitui o eixo central da atividade autárquica em 2017.

De seguida, apresentamos as ações neste setor:

- ✓ Substituição de contadores;
- ✓ Interligação dos três subsistemas de produção de água dessalinizada (Ponta Preta, Pedro Vaz e R.D.João), no âmbito de um projeto financiado pelo *Millennium Challenge Corporation*;
- ✓ Aquisição de 30 membranas para dessalinizadoras;
- ✓ Alargamento da rede de adução de água na localidade da Calheta;

- ✓ Ligação domiciliária de água na Cidade do Porto Inglês, Calheta e Morrinho;
- ✓ Aquisição de um recuperador de energia para dessalinizadora de Ponta Preta;
- ✓ Continuação do desenvolvimento da parceria com a SDTIBM para o reforço do abastecimento de água na Ilha do Maio;
- ✓ Entrada em funcionamento da Empresa Municipal de Água e Saneamento;
- ✓ Deslocalização do Chafariz de Ribona, na localidade da Calheta.

2.12.2. Saneamento

Neste setor vamos focar fortemente na criação de parcerias com instituições locais e a própria população na promoção e manutenção de um meio ambiente cada vez mais saudável.

As ações a realizar são:

- Conclusão da rede de esgotos da Calheta;
- Capacitação e sensibilização da população sobre o saneamento do meio, em parceria com a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), a Direção Nacional do Ambiente (DNA), o Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), a Delegacia de Saúde local, a Delegação do Ministério da Educação local e a Rádio Comunitária Voz di Djarmai;

- Campanhas de limpeza em todo o concelho, em parceria com a Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), a Delegacia de Saúde, a Delegação do Ministério da Educação, as associações comunitárias e os grupos locais;
- Vedação e manutenção da lixeira;
- Castração de cães e gatos;
- Eliminação da circulação de animais na via pública;
- Mapeamento e manutenção do Cemitério.

2.12.3. Ambiente

Hoje em dia muito se tem falado em prudência ecológica. Mais que uma expressão, ela é um dos pilares do desenvolvimento sustentável. Significa entender que várias atividades humanas nos mais diversos setores podem ter consequências desconhecidas e potencialmente perigosas na natureza e, diante disso, devemos agir de maneira equilibrada para minimizar esses efeitos.

Neste âmbito, por ser uma ilha com uma natureza singular e praticamente virgem, a atuação dos atores políticos, sejam locais ou nacionais, bem como de atores privados e da própria sociedade civil, deve primar-se pelo respeito dos valores ecológicos.

A seguir, elencamos as ações a realizar em matéria ambiental:

- Combate à poluição sonora, de acordo com as normas existentes;

- Desenvolvimento de ações de fiscalização das praias, em parceria com a Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), a Agência Marítima e Portuária (AMP), a Polícia Nacional (PN), a Fundação Maio Biodiversidade (FMB) e a SDTIBM;
- Capacitação e sensibilização da população sobre o meio ambiente, em parceria com a ANAS, a DNA, a Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente, a Delegacia de Saúde, a Delegação do Ministério da Educação, a FMB e a Rádio Comunitária local;
- Fiscalização da orla marítima, durante o período de desova das tartarugas;
- Continuação do programa da educação ambiental, em parceria com a Delegação do Ministério da Educação, a Câmara Municipal de Loures e a Rádio Comunitária local;
- Implementação do Plano de Gestão das áreas protegidas, em parceria com a DNA e a FMB;
- Valorização ambiental das salinas do Porto Inglês.

2.12.4. Espaços Verdes

Uma das vertentes da requalificação urbana tem a ver com a criação e manutenção de espaços verdes.

A aposta nos espaços verdes visa não só o embelezamento da nossa Cidade e povoados, mas também a criação de lugares aprazíveis e saudáveis à própria saúde humana.

São nestes pressupostos que iremos atuar neste setor, durante o próximo ano, com as seguintes atividades:

- Manutenção dos espaços verdes já existentes no concelho;
- Criação de novos espaços verdes;
- Colocação das plantas ornamentais em todas as ruas das localidades que vão ser reabilitadas.

2.13. TRANSPORTES

Tendo em conta os grandes desafios do futuro, o setor dos transportes não pode ser ignorado, dado ao seu grande contributo na mobilidade de pessoas e bens, na organização dos serviços de trânsito, na aplicação de tarifas, na criação e reparação de infraestruturas municipais para desencravar das localidades, na criação de um modelo de circulação harmonioso nas mesmas, e também na própria Cidade, sem deixar de lado a sinalização.

O ano de 2017 será certamente de viragem, pelo facto de querermos introduzir o licenciamento de táxis na ilha, assim como a uniformização das tarifas dos transportes de aluguer.

A fiscalização será também a nossa grande prioridade, assim como a sensibilização dos nossos condutores e proprietários no uso dos veículos não motorizados e, sobretudo, no pagamento das licenças e registos, em parceria com a Esquadra da Polícia Nacional no Maio e a Direção-Geral de Viação e dos Serviços Rodoviários (DGVSR).

Em baixo, seguem-se as atividades a realizar neste setor em 2017:

- Reabilitação de estradas municipais;
- + Reforço da sinalização rodoviária e turística, em todo o concelho, em parceria com a SDTIBM;
- + Licenciamento a transportes de passageiros (Táxis), em articulação com a Associação de Condutores, operadores económicos e sociedade civil;
- + Criação e organização de praças de táxis;
- + Catalogação e registo de todos os veículos existentes no concelho;
- + Trabalho com escolas de condução no sentido de transmitir conhecimentos básicos aos condutores de ciclomotores e velocípedes;
- + Aplicação de tarifário a veículos de aluguer com colaboração da DGVSR;
- + Sensibilização de proprietários para registo de posse de veículos de automóveis;
- + Reforço de fiscalização de viaturas clandestinas, sem licença de aluguer, em parceria com a Esquadra da Polícia Nacional no Maio;
- + Apoio às Inspeções Técnicas de Automóveis de Cabo Verde (ITAC) na realização do seu trabalho na ilha;

- ✚ Aquisição de sinais de trânsito para sinalização rodoviária da Cidade do Porto Inglês e demais povoados.

2.14. PROTEÇÃO CIVIL

Num país arquipelágico, as limitações no domínio da proteção civil são normais, pois os investimentos para o apetrechamento do sistema acarretam elevados custos para os poderes públicos, seja ele central ou local.

Contudo, a proteção civil é um setor sensível, por estar em causa a preservação e segurança das pessoas e dos seus bens, vai merecer toda a nossa atenção. Neste sentido, a nossa atuação vai na linha da operacionalização com eficiência e eficácia dos serviços dos bombeiros, por forma a capacitá-los, seja a nível humano como material de melhores condições no combate, na prevenção ou intervenção em incêndios, catástrofes naturais, entre outros.

Por outro lado, a nossa aposta vai priorizar o estreitamento de relações com as diferentes entidades com interesse e responsabilidade no setor, com o intuito de promover uma atuação em rede.

Eis algumas ações a desenvolver:

- ✚ Formação para bombeiros, nadadores-salvadores e polícia marítima, em parceria com a Agência Marítima e Portuária (AMP);



- + Reforço da estrutura administrativa do corpo dos Bombeiros;
- + Criação de parcerias externas (diáspora e geminação) para assistência técnica e cedência de materiais e equipamentos;
- + Aquisição de um camião de combate a incêndio.

2.15. TURISMO

A pergunta que se impõe:

Que turismo para a ilha do Maio?

Quando convenientemente planeado, o turismo tem efeitos positivos a vários níveis – cultural, económico, social, territorial e patrimonial. O turismo constitui um setor estratégico para o desenvolvimento de qualquer país, pela sua capacidade de produção de riqueza e de criação de emprego, configurando-se, ainda, como uma atividade humana que propicia a interação entre povos de diferentes culturas.

Se se adotar uma perspetiva endógena do desenvolvimento do turismo, tomando em consideração alguns aspetos essenciais, como a preservação da identidade cultural, a conservação ou preservação do meio ambiente, a criação de riqueza com base na participação dos atores locais, pode-se otimizar os recursos sociais, culturais, patrimoniais do local de acolhimento e consegue-se promover o surgimento de alternativas na oferta dos serviços turísticos, determinante para a diversificação da oferta e para sua competitividade.

No entanto, alguns alertas devem ser considerados, assim como acautelados determinados constrangimentos decorrentes da natureza específica desta indústria:

- A sazonalidade turística, nomeadamente do segmento sol e praia, pode, na época baixa ou baixa estação, causar extinção de postos de trabalho e aumento do desemprego;
- Do aumento desregulado do turismo podem resultar uma maior pressão social sobre o local de acolhimento, pondo em causa a identidade cultural local; pressão, sem o devido aumento da capacidade de resposta, sobre os serviços de saúde, energia, comunicações e sobre as estruturas de saneamento básico, pondo em causa a própria estrutura social do local de acolhimento;
- O turismo traz consigo, de igual modo, modificações ao nível da conservação/preservação ambiental, inserção da comunidade nas políticas públicas municipais.

Por conseguinte, é numa lógica de *savoir-fair* e de potenciação dos recursos locais que devemos apostar no turismo, propondo, em alternativa aos modelos vigentes em Cabo Verde, a exploração de outros mercados e outros segmentos:

- Turismo sénior ou de residência (mercado emissor europeu);
- Turismo de habitação (mercado interno);
- Ecoturismo;
- Turismo cultural.

Duas perguntas que os turistas frequentemente fazem: “como chegar?” e “O que fazer?”. À primeira questão responde-se revisitando a abordagem já apresentada sobre a resolução, em definitivo, do problema da acessibilidade externa. Relativamente à segunda questão, a resposta passa, primeiramente, por definir como receber, em que modelo de instalações, tendo em vista o estímulo a uma maior interação dos turistas com os locais, proporcionando, por esta via, uma maior oferta de atividades, durante a permanência. Assim, a nossa política de turismo integra o seguinte conjunto de compromissos:

- ✓ Criação das condições de promoção e de acesso aos mercados-alvo identificados;
- ✓ Criação de produtos turísticos e serviços com maior valor para atuais e potenciais turistas, orientada para propiciar benefícios económicos e sociais aos destinos e às suas comunidades;
- ✓ Aposta no aumento da oferta cultural como mecanismo de reforço da atratividade da ilha como destino turístico, através de:
 - Promoção e realização de eventos culturais;
 - Política de promoção da notoriedade do destino *Djarmaj*;
 - Incentivo à preservação da identidade cultural, patrimonial e histórica da ilha;
 - Promoção e realização de carnaval “fora de época”, com o intuito de criar mais uma data atrativa para visitar a ilha e promover o nosso carnaval, enriquecendo, assim, o nosso leque de atrações culturais, em termos de oferta turística.



PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017

- ✓ Criação de condições para a operacionalização do turismo residencial;
- ✓ Incentivo aos residentes e aos emigrantes para o investimento no turismo residencial;
- ✓ Incentivo à construção de pequenas unidades hoteleiras;
- ✓ Criação de uma plataforma de consulta *online* das ofertas de instalações de hospedagem, albergada no sítio da internet da Câmara Municipal, para que os agentes turísticos locais e estrangeiros possam promover as suas ofertas, no segmento residencial;
- ✓ Em articulação com o governo central, os operadores turísticos e as agências de viagens, atrair as grandes operadoras mundiais do turismo para a nossa ilha;
- ✓ Promoção da criação de uma incubadora do turismo da ilha do Maio;
- ✓ Fomento e realização de formações sobre oportunidades de negócio a microempresários do setor;
- ✓ Conceção de um produto turístico representativo para cada localidade.

Não obstante as competências das autarquias neste setor serem direcionadas mais para o turismo interno e limitadas pela política de definição das zonas turísticas especiais, a política de turismo local deve ser concebida em consonância com a global do setor, implicando, em sede de concertação com o Governo de demais instituições intervenientes, um papel de relevo para a autarquia.



Um outro aspeto relevante tem a ver com a transversalidade do turismo. A política do turismo deve ser concebida em estreita articulação com as demais áreas, designadamente com o Desporto, Cultura, Educação, Formação Profissional, Atividades Económicas, Planeamento, Habitação, Requalificação Urbana e Ordenamento do Território. Só assim, os resultados alcançados podem ir ao encontro da defesa dos superiores interesses populares, ao nível da promoção do acesso ao emprego, a distribuição de riqueza e, em suma, a melhoria das condições de vida das pessoas.

De seguida apontamos algumas importantes ações a desenvolver no setor turístico, em 2017:

- ✚ Promoção de ações de formação de agentes turísticos e outros;
- ✚ Criação de vídeos e outros materiais promocionais da ilha, tanto ao nível local, como nacional e internacional;
- ✚ Promoção da ilha em encontros internacionais junto dos mercados emissores de turistas;
- ✚ Participação em fóruns, conferências e feiras nacionais associadas ao turismo;
- ✚ Valorização dos pontos de interesse turístico;
- ✚ Organização do Fórum "Refletir Djarmai";
- ✚ Aquisição de sinais de trânsito para sinalização nas zonas turísticas.

Aprovado em 23 de Dezembro de 2016